



## **The 6<sup>th</sup> International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS)**

*Desenvolvimento e transformações agrárias:  
BRICS, competição e cooperação no Sul Global*

**Universidade de Brasília (UnB) – 12 a 14 novembro de 2018**

### **A difusão regional de políticas sociais e rurais brasileiras na América Latina e no Caribe**

Eric Sabourin, Catia Grisa, Marcos Lopes Filho, Moises Balestro, Mireya Perafan, Eduardo Caldas Mario Avila, Doris Sayago.

#### **Introdução**

Nossa pesquisa ilustra bem a perspectiva desse livro, a emergencia de países latino Americanos como exportadores de políticas públicas ( , depois de ter sido importadores de modelos do Norte (Europa ou estados Unidos ou transmitidos por organizações internacionais ( Delpeuch, 2009; Musiałkowska, 2006; Valderrama, 2004)

Quais as condições e os fatores que podem explicar essa transição?

Em primeiro lugar, países latino americanos como Brasil, Costa Rica ou Mexico, se tornaram potencial exportadores de políticas a partir do momento que passaram a experimentar e desenvolver modelos nacionais próprios, tornando se as vezes verdadeiros laboratorios de políticas públicas, seja na area social, ambiental ou rural ( Zurbriggen, 2014)

Podemos mencionar Mexico e Costa Rica para a difusão de políticas ambientais e a promoção de instrumentos de pago para serviços ambientais (Dumoulin, 2010; Ezzine et al, 2017) e Brasil para as políticas sociais e instrumentos de participação (Montero, 2005; Sugiyama, 2013; Pomeroy & Suyama, 2016, Oliveira, 2016).

Em segundo lugar esses países a imagem de Venezuela, Cuba, Mexico, Brasil e Argentina, passaram a desenvolver políticas de cooperação como donadores e não apenas receptores e desenvolveram em particular programas e iniciativas de cooperação Sul Sul dentro da America Latina ou com Africa e Asia (Faria, 2012; Inoue & Vaz, 2013) ou ainda sistemas de cooperação trilateral associados a organizações internacionais, em particular do sistema das Nações Unidas (Cabral, et al, 2013).

Finalmente, esses países tiveram um papel de liderança nos processos de integração regional : Mercosur, Unasul, Celac (Vieira Martins, 2014) e nesse movimento, se tornam também promotores da circulação regional dos seus modelos de políticas públicas associados a ação das agências interamericanas como o BID ou o IICA.

Esses tres fatores estão na base da hipótese de pesquisa do projeto Transbrasil que explica a difusão de políticas sociais e de desenvolvimento rural do Brasil na America Latina e Caribe pela conjunção e hibridação entre tes categorias de internacionalização de políticas públicas ja referenciadas na literatura/ a circulação de normas e modelos mediante as organizações internacionais; a transferencia de politica mediante programas bilaterais de cooperação Sul Sul e os efeitos da integração regional, intergovernamental, mas também “por abaixo”, mediante os movimentso socais.

A partir do início dos anos 2000, diversas políticas públicas e iniciativas de promoção da Agricultura Familiar (AF) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foram desenvolvidas no Brasil, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), dentre outros. Pode-se citar, em particular, a estratégia Fome Zero, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a “lei da agricultura familiar” e dois instrumentos emblemáticos: as compras públicas da AF e as políticas territoriais. Estas iniciativas e seus resultados fizeram do Brasil uma referência internacional em termos de políticas públicas para a AF e para a SAN. Diversas organizações internacionais têm observado, analisado, sistematizado e difundido as experiências brasileiras pelo mundo (WFP/PMA, 2016; FAO, 2015, 2014, 2013; IICA, 2012). Ao mesmo tempo, vários países têm procurado estabelecer acordos de cooperação e intercâmbios para conhecer e trocar experiências com o Brasil e, posteriormente, transferir ou adaptar tais ações em seus contextos. Em sentido complementar, o país também tem levado suas políticas, práticas e aprendizados em diversos espaços internacionais, muitos desses em interação com movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil.

Considerando este contexto, o projeto Transbrasil<sup>1</sup> estudou os mecanismos de difusão de “modelos” de políticas públicas para a AF e SAN do Brasil para países da América Latina e do Caribe. A análise aqui apresentada visou entender, caracterizar e analisar as modalidades de difusão e de adaptação local de duas dessas políticas públicas num contexto emblemático da difusão internacional de modelos brasileiros de políticas sociais (Faria, 2012; Oliveira, 2016).

As duas políticas brasileiras objetos da análise foram as compras públicas de alimentos dos agricultores familiares (a partir dos modelos dos Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) por meio da sua difusão na Colômbia, no Haiti e no Paraguai e os programas de desenvolvimento territorial rural – DTR (a partir das referências dos Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos

---

<sup>1</sup> O projeto Transbrasil, coordenado pelo CDS da Universidade de Brasília (UnB), foi financiado pelo CNPq (Edital Universal 2014) e realizado por pesquisadores do CEPPAC, CDS, FAV e FUP-MADER da UnB, do PGDR da UFRGS, e da EACH da USP.

Territórios Rurais – PRONAT, e Programa Territórios da Cidadania – PTC) na Argentina, El Salvador e Uruguai.

A comunicação se divide em três partes: o referencial teórico e metodológico mobilizado; as modalidades de difusão das duas políticas brasileiras; e, finalmente uma discussão e comparação dos resultados.

## **1. Elementos teóricos e metodológicos para a análise da disseminação de políticas públicas na América Latina e Caribe**

A difusão de políticas públicas corresponde a "um processo, mediado ou não, a partir do qual um elemento, ou um conjunto de elementos, de ordem política (...) situado em algum lugar, no tempo ou no espaço, passe a ser adotado alhures" (Porto de Oliveira, 2016: 224). A nossa pesquisa procurou entender a especificidade da internacionalização regional das políticas públicas brasileiras de apoio à AF na América Latina, dentro do contexto emblemático da difusão internacional de modelos brasileiros de políticas sociais (Faria, 2012; Oliveira, 2016). Em termos teóricos, tratou-se de articular a abordagem da internacionalização das políticas públicas (Berry, 1999; Stone, 2012; Hassenteufel, 2005; Peck e Theodore, 2015) e a sociologia política aplicada à ação pública de desenvolvimento rural prolongando as propostas de Hassenteufel (2008) e Massardier (2008).

A literatura dos anos 1990-2000 insiste, de um lado, na circulação globalizada das normas para explicar a internacionalização das políticas públicas (Robinson, 2008; Gwynne e Kay, 1999; Delpeuch, 2009) e, do outro lado, no impacto, nas “pressões” ou na “penetração” da escala global na escala nacional (Davila-Aldas, 2011). No entanto, análises da construção das políticas de desenvolvimento rural territorial na América Latina (Massardier e Sabourin, 2013, Sabourin et al., 2016) já indicavam que elas não dependem diretamente da lógica de globalização da produção e das finanças. É necessário buscar, portanto, explicações entre lógicas sócio-políticas diferentes da única explicação restrita à globalização econômica e financeira (Bhagwati, 2007). A abordagem em termos de *world politics* (Rosenau, 1997) tem melhorado e ampliado as ferramentas da análise da passagem de uma situação de estado-cêntrico (*state-centred state*) a um mundo multicêntrico (*multi-centric world*). Essa literatura insiste na fragmentação das arenas internacionais e na complexidade da arquitetura das suas articulações (Biermann et al., 2009).

Por outra parte, a análise dos processos de políticas públicas (*policy process*) constitui um posicionamento privilegiado para observar as recomposições destas políticas e da ação pública de desenvolvimento em escala local, territorial ou regional. Além da constatação de uma passagem “das políticas públicas nacionais para políticas públicas transnacionais” (Hassenteufel, 2008:16), foram confirmados vários fatores sociológicos nas configurações do desenvolvimento na escala microrregional ou nacional. Nota-se, como Massardier (2008), uma multiplicação rápida dos atores da ação pública e uma fragmentação dos diversos poderes: internacionais, nacionais, privados, públicos (Rosenau, 1997; Camau e Massardier, 2009).

Essas observações exigem uma releitura do processo de formulação de políticas públicas, entendido por Hassenteufel (2008:23) como “uma construção coletiva da ação pública”. Esse autor chama a atenção para uma “análise contextualizada das interações entre atores múltiplos e emaranhados em vários níveis, do local ao internacional, passando pelo macrorregional, para poder pensar as transformações dos Estados contemporâneos” (Hassenteufel, 2008: 23). É precisamente a complexidade da imbricação ou do emaranhamento dos processos que pode ser observada no caso da difusão, circulação e implantação das políticas públicas de DTR e de compras públicas entre vários países da América latina.

Deste modo, seguindo a análise de Risse-Kappen (1995) que considera que a globalização seria apenas um dos elementos da transnacionalização das políticas, procurou-se articular três enfoques teórico-analíticos que se complementam no caso da difusão das políticas para a AF nos países latino-americanos e caribenhos: a) o enfoque da transferência de política pública (Dolowitz e Marsh, 2000; Evans, 2004; 2009); b) aquele da circulação transnacional de normas (Hassenteufel, 2005, 2008; Dumoulin, 2010); e, c) a abordagem pelas teorias da regionalização (Dabène, 2009; Pasquier e Weisbein, 2004) com um destaque para o mecanismo de regionalização pela base ou “por abaixo” (Pasquier 2002; Kholer-Koch, 1995). A seguir explicitam-se alguns elementos conceituais destes três enfoques.

### *1.1.A transferência de política pública*

Segundo Dolowitz e March (2000), transferência de política pública é o "processo por meio do qual o conhecimento sobre políticas públicas, arranjos administrativos, instituições e ideias em um sistema político (no passado ou no presente) é usado para desenvolver políticas públicas, arranjos administrativos, instituições e ideias em outro sistema político" (Dolowitz e Marsh (2000: 5). Essa modalidade de difusão tomou um caráter central na nossa pesquisa na medida em que Brasil se tornou, ao mesmo tempo, uma referência em políticas sociais e de AF (Pommeroy e Suyana, 2016, 2017, Oliveira, 2016) e um país promotor de cooperação internacional por meio da cooperação Sul-Sul (Leite et al, 2014). A partir do ano 2003, a cooperação Sul-Sul do Brasil foi particularmente ativa, com aumento dos recursos dedicados à América Latina e ao Caribe, mas, sobretudo, para os países africanos, principalmente os Países Africanos de Língua Portuguesa-PALOP (CAISAN, 2013). Correspondeu a um momento de abertura e desenvolvimento inédito da diplomacia brasileira, no qual as diretrizes do Programa Fome Zero passaram a ser tema recorrente nos discursos presidenciais e em diversos foros internacionais, compondo a pauta de agendas bilaterais e multilaterais e influenciando os acordos de cooperação do Brasil como os países em desenvolvimento (Cunha, 2010). O Brasil se tornara então um protagonista internacional no combate à fome.

O país buscava afirmar-se como liderança regional (Fiori, 2011; Malamud, 2011), concorrendo com outras potências regionais, inclusive para reivindicar assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas (Cason e Power, 2009). A cooperação Sul-Sul tornou-se, dessa maneira instrumental, favorecida, ao mesmo tempo, pelo período de crescimento socioeconômico e pela experimentação intensa de políticas públicas inovadoras no país. Além disso, o Brasil pretendia oferecer na região uma liderança alternativa à hegemonia dos

Estados Unidos na América Latina e no Caribe, aliando-se à Argentina e Venezuela, com a abertura do Mercosul (Vieira Martins, 2014).

Nesse contexto, o governo do Brasil, junto com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Programa Mundial de Alimentos, têm desenvolvido programas de cooperação Sul-Sul que, às vezes, mais se assemelhariam aos conceitos de transferência de política pública para difundir políticas destinadas ao fortalecimento da AF, em especial aquelas focadas na promoção de compras públicas aos agricultores familiares tanto na África (Moçambique, Etiópia, Senegal, Malawi e Niger) como na América Latina: Haiti, Equador, Colômbia e Paraguai (Siliprandi, 2013).

### *1.2. A internacionalização mediante a circulação de normas*

Alguns autores argumentam que a adoção de novas políticas depende menos da transferência direta de políticas entre países do que da produção e difusão de normas sob a influência de arenas internacionais (Meyer et al, 1997), redes acadêmicas e redes de especialistas que produzem “configurações transnacionais” (Hassenteufel, 2008; Dumoulin, 2010). Risse-Kappen *et al.* (1999) propõem entender a internacionalização das políticas por meio da “socialização de normas internacionais nas práticas domésticas”.

No caso das políticas de SAN brasileiras, evidencia-se o papel predominante da FAO na ampliação dos espaços em que a SAN global é debatida e das ações internacionais de intercâmbio (governamental e não governamental), cooperação técnica e ajuda humanitária (Maluf; Speranza, 2013), especialmente depois da crise alimentar iniciada em 2007. Nesse sentido, destaca-se o protagonismo da diplomacia brasileira na reforma do Comitê para a Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas (CSA), de forma a instituir um dispositivo inédito no Sistema das Nações Unidas para permitir a participação social no CSA, denominado Mecanismo da Sociedade Civil (MSC), e possibilitar a atuação de um corpo assessor denominado de *Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar* (HLPE, sigla em inglês) encarregado de promover estudos com proposições de política em temas escolhidos pelo CSA. Essas duas inovações fortaleceram o CSA como uma importante ferramenta de produção e de difusão de normativas internacionais relacionadas à SAN e à AF, favorecendo a difusão de programas e políticas públicas brasileiras nessas matérias.

No caso do apoio às políticas de DTR na América Latina, cabe salientar as intervenções diretas e indiretas da União Europeia para transferir o modelo do Programa Ligação entre Ações de Desenvolvimento e Economia Rural-LEADER (De Janvry et al.2004, Misialkowska, 2006; Théry, 2009). Essa transferência foi intermediada por organizações internacionais (FAO e Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura-FIDA) e por agências interamericanas como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (Champetier, 2003; Serrano e Fernandez, 2005) e o Banco Mundial (Valderrama, 2004). Posteriormente, em um contexto latino-americano e caribenho e de relações Sul-Sul, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) assegurou um papel privilegiado, apoiando tanto políticas nacionais como programas regionais ou interamericanos, a exemplo do Programa de cooperação em pesquisa agrícola do Mercosul

(PROCISUR), e da Estratégia Centro-Americana de Desenvolvimento Rural Territorial (ECADERT).

### *1.3. A difusão de políticas mediante a regionalização intergovernamental*

Esse mecanismo passa principalmente pelo MERCOSUL e logo pela CELAC que abriram uma agenda sobre políticas de apoio à AF (Vigevani e Romanzini, 2011). Refere-se principalmente à atuação e articulações de representantes da sociedade civil organizada para a troca de experiências e aprendizados em termos de políticas públicas (Pasquier, 2002). Destacam-se aqui as aspirações por mudanças político-institucionais reivindicadas pelos movimentos sociais, em particular pelos representantes daqueles que foram "esquecidos" pelo crescimento econômico e agrícola nas últimas décadas, e que estão organizados em nível regional e internacional, a exemplo da Via campesina, da Aliança dos Povos para a Segurança Alimentar na América Latina e da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no MERCOSUL (REAF).

Desde sua fundação, em 2013, a CELAC tem a cooperação e a implementação de políticas para erradicação da fome e da pobreza como uma de suas principais prioridades (CELAC, 2013). Para tanto, institui-se no marco da Comunidade importantes reuniões especializadas como a Reunião Ministerial sobre Desenvolvimento Social, Erradicação da Fome e Pobreza, e a Reunião de Ministros da CELAC sobre Agricultura Familiar.

Segundo Rondo e Lopes Filho (2016), os acordos emanados dessas reuniões e a adoção do "Plano de Segurança Alimentar, Nutrição e Erradicação da Pobreza 2025 da CELAC" (PLANSAN CELAC) apontam para um esforço concertado de supranacionalização de um conjunto de políticas públicas, com especial relevo para aquelas ligadas à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional.

### *1.4. Metodologia*

A pesquisa aplicou um quadro de análise comum nos seis países receptores, procurando caracterizar as instituições, atores e arenas atuantes no processo de difusão das políticas de compras públicas e de DTR; e as modalidades e fatores de difusão, apropriação, adaptação ou reinterpretção dos modelos de políticas. O papel da cooperação Sul-Sul do Brasil com os países estudados, a atuação das organizações internacionais e regionais (FAO, PMA, IICA, Mercosul e CELAC) e dos movimentos sociais nacionais e regionais foram examinados de maneira particular.

A coleta de dados envolveu pesquisa documental (análise de arquivos e de documentos governamentais), entrevistas com gestores públicos brasileiros envolvidos nas ações de desenvolvimento territorial e SAN e, finalmente, visita a campo e entrevistas com os principais atores nos países "receptores" (gestores públicos localizados em diferentes escalas da administração governamental, agricultores, mediadores sociais, representantes de organizações internacionais, acadêmicos etc.). Foram realizadas 68 entrevistas

semiestruturadas com representantes de organizações internacionais, gestores públicos, organizações dos agricultores familiares, agricultores familiares e mediadores sociais.

## **2.Modalidades imbricadas de difusão de políticas públicas**

### ***2.1. As políticas de compras públicas da agricultura familiar***

Os três países estudados (Colômbia, Haiti, Paraguai) realizaram, recentemente, mudanças normativas para inserir ou de facilitar a participação da AF nas compras públicas, mais ou menos próximas ao “modelo” brasileiro. Nota-se, portanto, certa “convergência” de políticas públicas e instrumentos (Hassenteufel, 2008; Evans, 1999) entre Colômbia, Haiti, Paraguai e Brasil. Desta constatação, algumas questões nos chamaram a atenção: a) teria, de fato, o Brasil influenciado esses novos programas de compra da AF? b) em caso positivo, por meio de quais vetores tais ideias, experiências e aprendizados foram disseminados? c) que elementos causais explicam a convergência? d) qual é o grau de convergência, ou seja, seriam as experiências de Colômbia, Haiti e Paraguai cópias dos “modelos” brasileiros?

#### *As influências do Brasil nas compras públicas de países latino-americanos e caribenhos*

A pesquisa documental e as entrevistas realizadas confirmam que as ideias e os aprendizados brasileiros do PAA e do PNAE influenciaram e subsidiaram o debate e as alterações institucionais nos três casos: Colômbia, Haiti e Paraguai.<sup>2</sup> São recorrentes os depoimentos e documentos que elucidam esta influência. Por exemplo, o ex. Ministro da Agricultura do Haiti afirmou que “*Nós estivemos no Brasil ainda no início do Governo Lula. Estávamos muito interessados em conhecer os arranjos institucionais que estavam sendo feitos para cumprir com a promessa de erradicar a fome e a pobreza. Eu me lembro de ter sido recebido no Ministério da Agricultura, no Ministério do Pequeno Agricultor (sic) e na empresa de compras públicas e fiquei muito impressionado como estava sendo feito ali.*”.

Por sua vez, no caso da Colômbia, além de relatos, reportagem intitulada “*El ICBF y la economía local*”, de 14 de outubro de 2011 do Jornal *El Tiempo*, também afirmava: “*Desde el 2010, por iniciativa de la directora del ICBF, (...), se ha promovido el modelo denominado ‘Compras Locales’, inspirado en el Programa ‘Hambre Cero’ del Brasil.*”

Finalmente no caso paraguaio, um técnico do Ministério de Agricultura e Ganaderia, que atua no Comitê de Grupos de Produtores, declarou que o modelo brasileiro foi um inspirador. Este técnico, além de servidor público, participou da REAF como representante da

---

<sup>2</sup> Observou-se, – ainda que tal dimensão não se tornou foco central da pesquisa – que experiências de outros países também se somaram neste processo, permanecendo, todavia, a centralidade da influência dos modelos brasileiros. Lições e aprendizados de experiências oriundas do Canadá, do Equador, da Bolívia e do Panamá e Nicarágua foram mencionadas por entrevistados como contribuindo, de alguma maneira, igualmente neste processo de mudança institucional.

sociedade civil (articulador de produtores e militante das causas da AF e SAN) sendo, portanto, um ator multiposicionado.

Assim, declaradamente, a experiência brasileira de compras públicas para alimentação escolar é reconhecida como fonte de inspiração e de ação para a promoção de outras políticas na América Latina, evidentemente, contingenciadas à realidade política, às instituições e às organizações locais.

#### *Os vetores da disseminação de ideias, experiências e aprendizados*

A pesquisa procurou entender e caracterizar a forma como ocorreu este processo de difusão do modelo brasileiro, ou seja, buscou identificar e analisar os vetores que mediaram a circulação e a disseminação das ideias e aprendizados sobre as compras públicas da AF.

Retomando os quadros analíticos acionados, podemos afirmar que a disseminação dos modelos brasileiros ocorreu pela confluência ou hibridização, mais ou menos coordenada, de diversos mecanismos entre os casos e internamente a eles. Em todos os países vários elementos confluentes potencializaram a discussão sobre compras públicas da AF. Chama a atenção que, em grande medida, a influência do Brasil não ocorreu diretamente, mas sim por meio da intermediação e da atuação de organizações internacionais e dispositivos técnicos (relatórios, documentos, declarações, normativos regionais, e internet).

Neste processo, destaca-se a atuação direta e indireta da FAO. Por um lado, diversas publicações da FAO contribuíram para colocar o tema na agenda dos governos e para promover a experiência brasileira de compras públicas (FAO, 2015, 2014, 2013a, 2013b). Por outro, de forma mais direta, nos três casos, foram fundamentais a incidência e a atuação de técnicos da FAO em negociações com os governos nacionais. No caso da Colômbia e do Haiti, tal influência perpassa os acordos de cooperação Sul-Sul entre esses países e o Brasil, tendo como mediadores importantes a FAO e o Programa Mundial de Alimentos (PMA). Como menciona Lopes Filho (2017) para o caso do Haiti, “Chama atenção o arranjo adotado pelo Brasil para disseminação dos modelos, porque, embora fique claro que a finalidade do acordo seja de transferência de políticas por meio da Cooperação Sul-Sul, a FAO e PMA foram escolhidos como mediadores desse processo”. Esta escolha “se deve, em parte, ao duplo papel desempenhado pelas organizações internacionais como arena de validação dos instrumentos brasileiros e como vetor de disseminação desses instrumentos” (Lopes Filho, 2017).

Cabe destacar ainda que, no caso do Haiti, técnicos da FAO tiveram relações diretas com gestores brasileiros na busca por aprendizados no tema das compras públicas para a AF e, ainda que o acordo Brasil-FAO-PMA era executado pelas duas agências, a maioria das atividades centraram-se em intercâmbios bilaterais entre técnicos dos dois governos. Esta configuração ilustra uma das formas que marcou os estudos iniciais sobre transferência de política pública, caracterizados pela predominância das relações entre Estados-nação (McCann e Ward, 2013, 2012; Stone, 2004) e certo “nacionalismo metodológico”, como afirma Stone (2004).

Diferentemente, no caso da Colômbia, os técnicos da FAO envolvidos nos projetos piloto de compras públicas não mantiveram relações diretas ou participaram de intercâmbios



com gestores das políticas brasileiras (PAA e PNAE). A ideia de compras públicas da AF foi estimulada pela Embaixadora do Brasil e pelo Escritório Regional da FAO na América Latina e Caribe (Santiago-Chile). Mas foi logo reconfigurada pelos técnicos locais da FAO a partir de leituras sobre a experiência do Brasil, do Panamá e da Nicarágua (em termos do estabelecimento de preços) e de aprendizados angariados ao longo do tempo, considerando as especificidades dos contextos onde atuavam. Também ressalta-se que, diferentemente do caso do Haiti, neste caso prevaleceram as relações sociais entre os técnicos da FAO e os gestores públicos colombianos, e não relações diretas de ambos com gestores brasileiros.

Seguindo o diálogo com a literatura, também poderíamos apontar como um vetor importante na disseminação das ideias brasileiras de compras públicas da AF, a atuação e articulações de representantes da sociedade civil organizada para a troca de experiências e aprendizados de políticas públicas. Citamos aqui – seguindo Pasquier (2002) e Pasquier e Weisbein (2004) – o processo de disseminação pela base, mediado por atores infranacionais. Como analisam Lopes Filho (2017) e Niederle (2015), inspirados pelos resultados das experiências brasileiras de mercados institucionais, movimentos sociais e sindicais vinculados à AF e camponesa procuraram incidir nos espaços de tomada de decisão dos mecanismos de integração regionais, como a reunião de Ministros sobre Agricultura Familiar da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) pressionando pela adoção de normativos em âmbito regional e medidas similares em seus países. Por outra parte, no Haiti, desde 2007, organizações vinculadas à Via Campesina trocam experiências com movimentos sociais brasileiros.

A atuação do Estado em diálogo com os movimentos sociais, os diálogos e intercâmbios entre organizações de produtores, contribuem para a legitimidade e o “enraizamento” das ideias de compras públicas da AF nos espaços locais, proporcionando que, ao mesmo tempo em que as ideias vão sendo institucionalizadas em normativos nacionais, elas vão sendo apropriadas, reconstruídas e traduzidas “por baixo”, pela base social.

Em todos estes mecanismos evidenciados, destaca-se, como menciona Oliveira (2013, p. 51), “um corpo de indivíduos que transitam em diversas instituições durante o processo e que atuam dentro e fora das mesmas. (...) A ação dos indivíduos e sua circulação entre as diversas instituições são cruciais neste processo”. As “agências individuais” (Oliveira, 2013), as redes de relações e de confiança, a “circulação individual” (Oliveira, 2013) e o “trânsito institucional”<sup>3</sup> (Silva e Oliveira, 2011) influenciam a convergência de ações e políticas públicas na América Latina e Caribe. Neste sentido, Perafán, Grisa e Calderón (2018) chamam a atenção que José Graziano da Silva - ex-Ministro do Governo Lula responsável pelo lançamento do Fome Zero e do PAA – atuou como representante regional da FAO para América Latina e o Caribe a partir de 2006 e, desde 2011, é Diretor Geral da organização. Além dele, um conjunto de ex-gestores do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Desenvolvimento Social atua na FAO, tanto no Escritório Regional, em Santiago, quanto na sede, em Roma, trazendo na sua bagagem aprendizados das compras públicas brasileiras e expectativas de difundir a sua execução para outros contextos. No caso

---

<sup>3</sup>Trânsito institucional caracteriza o “deslocamento contínuo de militantes sociais-partidários por diferentes espaços de atuação (organizações sociais, partidos, fóruns institucionais e posições governamentais), o qual é, em grande medida, possibilitado pela interpenetração partido-movimento (SILVA; OLIVEIRA, 2011, p. 98).

do Paraguai, o gestor do projeto pela FAO é um ex técnico do MDA brasileiro, facilitando a circulação de ideias entre os países. De forma similar, Lopes Filho (2017, p. 74) elucida como as trajetórias políticas e institucionais de brasileiros foram contribuindo para disseminar as ideias de compras públicas na América Latina e Caribe.

No entanto, a adoção das lições da experiência brasileira teve uma dinâmica diferente nos três casos. De forma semelhante ao processo de formulação e implementação da política de aquisição de alimentos no Brasil, o Paraguai estabeleceu a partir do governo federal uma lei explícita de compras da AF em 2013. O comprometimento político entre os presidentes dos dois países foi fundamental para a valorização da experiência brasileira. No caso colombiano, a mudança em âmbito nacional com resolução do Ministério da Educação ocorreu a partir de experiências locais. No Haiti, embora tenha sido a partir de iniciativa do governo nacional com forte apoio de organismos internacionais, a proposta ainda permanece na fase de projetos pilotos.

### *Convergências, elementos causais explicativos e traduções*

Além desta reflexão sobre os vetores de disseminação, podemos afirmar que a convergência (Hassenteufel, 2014) de iniciativas de compras públicas da AF entre Brasil, Colômbia, Haiti e Paraguai deve-se a um conjunto de dinâmicas causais, sendo elas: a) a “harmonização transnacional” (Hassenteufel, 2014), ou seja, a adoção de normas e regras por um conjunto de países, neste caso, manifestas em declarações, recomendações e resoluções da CELAC e da REAF; b) os problemas sociais similares, exigindo redução da fome, da pobreza e da insegurança alimentar e promoção da AF; c) difusão, por meio de organizações internacionais (notadamente, FAO e PMA), “de orientações, conteúdos e instrumentos de política pública, legitimados e objetivados pela promoção de “modelos”, produção de relatórios, dados comparativos...” (Hassenteufel, 2014: 183); e, certa convergência política entre governos em determinados momentos.

No entanto, não há uma simples adoção, ao nível das políticas públicas nacionais, de orientações, normas, instituições ou instrumentos impostos, difundidos ou transferidos desde o Brasil. As propostas são “traduzidas” nacionalmente por diversos mecanismos: no sentido literal (reformulação em outra língua), no plano sociológico (re-problematização em outro universo de ação) e no plano político (adaptação a um novo contexto institucional). Nesse sentido opera também um processo de “construções híbridas misturando elementos externos (novos) e internos (preexistentes)” (Hassenteufel, 2014: 185).

Deste modo, ainda que ideias, instrumentos e aprendizados brasileiros tenham sido difundidos e transferidos para os países latino-americanos e caribenhos, os formatos institucionais dos mecanismos de compras públicas da AF foram traduzidos nos contextos nacionais e espaços locais. Mais do que “cópia” (Dolowitz e Marsh, 2000), podemos observar que as experiências brasileiras emularam ou serviram de “inspiração” para a criação de mecanismos específicos em cada país. Entre as políticas de Brasil, Colômbia, Paraguai e Haiti, existem diferenças e semelhanças sobre a participação exclusiva da AF (ou apenas a exigência de “compras locais”), sobre a definição de um percentual mínimo de participação

dessa categoria social e ainda sobre a manutenção ou não de intermediários (operadores) permeiam

As motivações para a convergência das iniciativas de compras públicas da AF são mais próximas a “atitudes voluntárias” do que a “elementos coercitivos” (Dolowitz, 2003). Com efeito, as regras e declarações constituídas nos espaços públicos regionais, as normas e os acordos de cooperação Sul-Sul, e os acordos bilaterais foram construídos permeados por relações de solidariedade e baseados no diálogo. Além disso, cada país teve autonomia para “traduzir” (Hassenteufel, 2008) as ideias brasileiras de compras públicas em seus contextos sociopolíticos e institucionais. Todavia, tais processos de disseminação e tradução não implicam em relações simétricas, dadas as diferenças de poder econômico e de posicionamento na geopolítica global entre os países. Deste modo, ainda que inclinadas para ações voluntárias, tais processos reproduziram relações desiguais de poder.

Neste sentido, como lembra Stone (2017), a tradução da política pública é uma espécie de ‘bricolage’ que envolve a mistura de práticas locais, bem como práticas de política emprestadas de forma a construir uma formação política nova e híbrida. Ver a tradução da política pública como uma combinação de epistemes e juízos de valor enseja reflexões distintas sobre o processo de difusão e transferência (Stone, 2017).

## **2..2 A difusão das políticas territoriais brasileiras na América Latina**

Diferentemente do caso das compras públicas, o Brasil não se tornou um “exportador” de políticas territoriais. A transferência de política pública a partir do programa brasileiro Territórios da Cidadania operou apenas no caso de El Salvador. Os casos argentino e uruguaio constituem mais uma tradução, com ‘bricolage’ de várias influências e maior dependência do contexto e das organizações pré-existentes.

A disseminação das políticas de DTR do Brasil para os três casos analisados é bem diversa, possuindo, cada um dos países receptores, um vetor distinto de influência.

O caso de *El Salvador* obedece a uma transferência do tipo “cópia” do Programa dos Territórios da Cidadania. Sua difusão foi motivada por elementos de conjuntura que não refletem o interesse pela apropriação das ideias diferenciadas desta abordagem, mas pela necessidade de instrumentalizar espaços de participação necessários para a identificação das demandas locais que o Presidente de El Salvador, na época, teria prometido constituir durante seu mandato.

Neste país, temos um caso quase puro de transferência de política integral na medida em que a cópia do modelo de política territorial do Brasil é associada a uma convergência política entre os partidos políticos no poder (PT no Brasil, FLMN no El Salvador) e até a uma mediação que passa por relações pessoais entre o PT, Presidente Lula e a primeira dama de El Salvador, Vanda Pignato. Em um primeiro momento, trata-se de um vetor envolvendo relações políticas e pessoais em nível presidencial e menos a circulação de ideias, as organizações internacionais e as burocracias dos respectivos países.

A mediação técnica foi assegurada por uma série de missões e de capacitações por parte de uma funcionária da SDT do MDA. No entanto, esta política territorial rural foi pouco internalizada, sendo que as relações políticas e pessoais não foram suficientes para a incorporação pelas diversas instâncias e órgãos do governo de El Salvador. Isto fez com que o *Territórios do Progresso* – versão local do Programa Territórios da Cidadania - cessasse completamente com a mudança presidencial.

O caso da *Argentina* é interessante na medida em que o programa nacional de DTR no marco do INTA inicia, praticamente, no mesmo período que o programa nacional brasileiro nos anos 2003/2004 no marco do MDA. De fato, desde os anos 1990 tem existido uma cooperação e até uma influência mútua entre instituições dos dois países sobre o tema da AF por meio da cooperação EMBRAPA-INTA, dos debates no âmbito do MERCOSUL e da criação da REAF precisamente por decisão e apoio financeiro do Brasil e da Argentina.

No entanto, se os quadros do INTA reconhecem essa influência brasileira para outros instrumentos de apoio à AF, não é o caso para o programa de DTR, que é considerado como endógeno à instituição. O principal argumento desse caráter endógeno é o fato do INTA cuidar, ao mesmo tempo, da pesquisa agropecuária e da extensão rural e dispor de uma ampla capilaridade no conjunto do território nacional. A nível teórico-conceitual, a principal referência mencionada é aquela dos trabalhos do Rimisp (Chile) na medida em que peritos do Rimisp conduziram uma missão da BID em apoio à realização de um diagnóstico nacional sobre essa temática.

Ao lado dessa tentativa institucional de deixar o modelo brasileiro à distância, entre os especialistas acadêmicos argentinos do desenvolvimento territorial é reconhecida a influência teórico-conceitual de acadêmicos brasileiros (Milton Santos, Manoel Correia de Andrade, Tânia Bacelar), mas sem relação direta com a formulação de políticas. O único reconhecimento da influência brasileira vem dos movimentos sociais ligados às instâncias do MERCOSUL, nomeadamente à REAF. Portanto, apenas a hipótese de uma difusão por conta da integração regional “por baixo” poderia ser validada.

No Uruguai, apesar de influências difusas e múltiplas, os responsáveis da Direção do Desenvolvimento Rural do MGAP assumem ter tido conhecimento da experiência brasileira de DTR do MDA/SDT mediante diversos intercâmbios por meio, principalmente da REAF, da academia e do IICA. Mas, de fato, as condições do país são tão diferentes daquelas do Brasil que o programa PRONAT não foi contemplado como modelo. As Mesas de Desenvolvimento Rural (MDR) correspondem a um duplo processo de descentralização e de enfoque participativo no seio do MGAP.

### *Influências do Brasil*

Entre os três países estudados, o caso de El Salvador é o único onde a política de DTR do Brasil constitui um modelo, objeto de um processo de transferência de política pública. Na Argentina e no Uruguai, apesar de certos esforços do IICA ou da academia para tentar difundir um modelo brasileiro ou no caso do IICA um modelo latino-americano inspirado na política brasileira, não houve uma transferência da política pública do Brasil para eles. Nos

três casos estudados, similarmente às compras públicas, a política de DTR passa por vários agentes de difusão: a cooperação internacional bilateral e não governamental (Rimisp), a União Europeia, as Nações Unidas (PNUD, BID) e um órgão da OEA, o IICA. Num momento ou outro, a maioria desses mediadores tem proposto uma reinterpretação parcial ou local do modelo europeu do programa LEADER num primeiro momento e do modelo brasileiro de DTR num segundo. Mas esta influência não pode ser atribuída diretamente à política brasileira e sim a uma convergência de objetivos pela busca de alternativas que permitissem reverter as críticas condições de pobreza das populações do campo na Região e, em particular, na Argentina e no Uruguai.

### *Vetores de difusão*

No caso das políticas de DTR – excluindo o caso de El Salvador onde a transferência de governo a governo é mais explícita –, os vetores são mais bem difusos e divididos entre organizações internacionais, academia e movimentos sociais da sociedade civil.

As organizações internacionais têm financiado diagnósticos, estudos ao exemplo do BID na Argentina e no Uruguai. O IICA tem proposto uma série de treinamentos no Uruguai e El Salvador. A UE mediante a cooperação espanhola assessorou a política de Ordenamento territorial no Uruguai. As consultorias para essas intervenções foram também confiadas a acadêmicos (das universidades nacionais e do RIMISP na Argentina) ou a universitários brasileiros no Uruguai, através do IICA.

Na Argentina e no Uruguai, o papel da academia (nos níveis internacional, regional e nacional) passa por universitários que assumem papéis de consultores (diagnóstico BID na Argentina) ou de cargos de confiança no governo (Diretor nacional de ordenamento territorial e diretores do Instituto Nacional de Colonização no Uruguai).

O mecanismo de integração regional pela base, nos dois países funcionou por meio da REAF, embora de maneira não central ou decisiva para as políticas de DTR.

### *Transferência, convergências e reinterpretação*

O Programa Territórios do Progresso de El Salvador representa, como já mencionado, um exemplo emblemático de transferência de política pública mediado por um acordo de cooperação Sul-Sul. Há dois atores fundamentais para dar início ao processo de transferência, os Presidentes Funes e Lula e, junto com eles, um ator encarregado de transferir os objetivos e instrumentos do Programa da Cidadania para esse país. Pode-se falar, como assinalado por Perafán (2018), que é uma transferência *hard*, diferente dos outros dois casos estudados onde a disseminação é mais de ideias, ideologias, conceitos e noções do enfoque territorial para o desenvolvimento rural.

Tanto na Argentina como no Uruguai gestores, acadêmicos e atores locais se apropriam da retórica territorial, mas, assim como no Brasil, o discurso está longe da prática no momento da implementação. No caso de El Salvador, a força do discurso recai sobre a

necessidade de estabelecer e manter os espaços de participação, independente de outras ideias que alimentam esta abordagem.

A convergência das políticas públicas é evidente nos casos da Argentina e Uruguai, sobretudo no que diz respeito às ordens cognitiva e funcional. Em relação à reinterpretação, aparecem aspectos comuns da referência brasileira em comparação com a referência europeia. Podemos destacar quatro características:

- a participação dos atores, embora ela seja mais discursiva que real na Argentina,
- a execução por ministérios setoriais, dirigidos ao segmento da AF na Argentina e no Uruguai. No caso salvadorenho, por ser uma transferência do Programa da Cidadania executado mediante um arranjo institucional gerido pela Casa Civil, a execução do Programa foi confiada a Presidência da República e o foco de atuação contemplou ações além do setor agrícola, como programas de saúde e educação.
- a não participação do setor privado nas políticas territoriais em virtude do foco na AF, por falta de interesse ou por dispor de outros canais de negociação mais efetivos e rápidos.
- a baixa capacidade de *enforcement*, conferindo um caráter de *soft law* às ações e projetos, essencialmente fomentadas a partir de subsídios.

### **3.Comparação entre as duas políticas difundidas e considerações finais**

A primeira evidência é que os modelos brasileiros influenciaram as experiências de compras públicas e as políticas de DTR nos países estudados, segundo diversas modalidades e intensidades. Na maioria dos casos, os atores entrevistados afirmaram terem conhecimento ou terem se “inspirado” (Dolowitz e Marsh, 2000) ou “copiado” (caso de El Salvador) o modelo brasileiro.

No entanto, também há casos de minimização desta influência. Na fala de gestores de alguns países receptores aparece pouco o reconhecimento da contribuição do modelo brasileiro. Os interlocutores sublinham a anterioridade de instrumentos endógenos ou nacionais, ou relativizam o caráter decisivo do modelo brasileiro, dando maior ênfase para organizações internacionais ou iniciativas de cooperação com a sociedade civil. Esse discurso aparece no Haiti onde o Brasil tem um papel delicado com o contingente militar de paz das Nações Unidas (MinustaH). Os haitianos interrogados reivindicam a anterioridade das experiências locais, minimizando “o peso” e a dependência da ajuda brasileira e internacional.

Na Argentina, a política de DTR é reivindicada como totalmente endógena pelos quadros do INTA. Para esses gestores, em virtude do processo de descentralização e capilaridade do INTA, as suas ações já apresentavam naturalmente e historicamente uma atuação territorial a favor do desenvolvimento rural. No Uruguai, os gestores reconhecem as

influências externas, mas reivindicam uma reinterpretação totalmente nacional e local, que pôde ser verificada nos fatos.

A segunda evidência é que as políticas públicas brasileiras foram difundidas mediante uma hibridação de modos ou vetores de difusão: relações bilaterais entre os países, ações de cooperação Sul-Sul, atuação dos movimentos sociais, interação entre acadêmicos, influência de diversas organizações internacionais, debates regionalizados e, por conseguinte, certa “convergência” de políticas públicas pela base. Complementarmente, nenhuma política brasileira foi difundida apenas mediante uma única modalidade ou vetor. Se todos os casos analisados apresentam uma imbricação de várias modalidades, cabe destacar que sempre há uma ou duas que são dominantes.

Dentre estes mecanismos, é importante destacar que o Brasil tem conseguido promover a difusão da sua agenda e das suas políticas não tanto diretamente para os países receptores, mas sim para as organizações das Nações Unidas (com a FAO e o PMA no tema da SAN) ou interamericanas (DTR para o IICA), como também evidenciou Milhorange de Castro (2013, 2016) no caso da África. Com efeito, este mecanismo de difusão é o mais frequente no caso da difusão das políticas de compras públicas a agricultores familiares, cabendo salientar que, geralmente, os gestores dos países receptores têm contatos com consultores e técnicos da FAO, sendo pouco frequentes os contatos diretos com as políticas ou gestores brasileiros (caso do Haiti). Na Colômbia, por exemplo, os beneficiários reconhecem os projetos pilotos de compras públicas como “projeto FAO-Brasil”.

O caso específico da REAF<sup>4</sup> está mais relacionado a um mecanismo de difusão “pela base” (Pasquier, 2002). A REAF emergiu das reivindicações dos movimentos sociais organizados em nível regional e internacional, em particular dos representantes dos “esquecidos” pelo crescimento econômico e agrícola. Ainda que agências governamentais tenham tido papel relevante em sua constituição, especialmente no caso brasileiro, a organização em rede da REAF contempla a participação social na construção das recomendações das políticas públicas para a agricultura familiar na região. De fato, trata-se de um exemplo de como a participação social pode contribuir para aprofundar o processo de integração regional numa dinâmica com forte engajamento das organizações de agricultores e na perspectiva de incidir sobre as políticas públicas dos países integrantes do bloco regional.

---

<sup>4</sup> Criada em junho de 2004 pelo Grupo Mercado Comum (GMC), a REAF foi uma iniciativa do governo brasileiro a partir do diagnóstico de que faltava um espaço de coordenação entre os países membros para a construção de uma agenda positiva de integração na temática do rural, assim como para incentivar as políticas públicas de produção e comércio para a agricultura familiar.

A atuação de acadêmicos e estudiosos do meio rural também tem contribuído para a difusão dos modelos brasileiros, seja por meio de convênios e projetos de cooperação entre universidades latino-americanas, seja por meio da disseminação de conceitos e/ou interpretações e análises sobre as políticas públicas brasileiras. Os acadêmicos já tinham sido responsáveis pela introdução e difusão na América Latina do modelo europeu de políticas de DTR ao exemplo do programa LEADER (Champetier, 2003; Massardier e Sabourin, 2013). Outrossim, as organizações das Nações Unidas oferecem um espaço privilegiado para a influência dos acadêmicos brasileiros, os quais circulam das universidades para os espaços governamentais, ou vice-versa, e destes também para as agências internacionais. No Haiti, por exemplo, os dois projetos do PMA e da FAO são coordenados por brasileiros. Na oficina regional da FAO para ALC em Santiago do Chile, vários acadêmicos brasileiros oriundos de universidades ou do Governo Federal têm se sucedido na responsabilidade das políticas de SAN ou como consultores após José Graziano da Silva assumir a Direção Geral da FAO, deixando o seu legado na representação regional.

A terceira evidência da pesquisa é que, fruto da imbricação e hibridização de diferentes mecanismos e de fatores endógenos dos países receptores, os modelos brasileiros foram reajustados em cada país. Estes fatores endógenos dizem respeito às organizações, instituições e políticas públicas já existentes no país que geram uma complementaridade institucional ou dependência de caminho. A Argentina, por exemplo, já possuía uma extensa regionalização da pesquisa e extensão rural com o INTA. A partir dos recursos organizacionais e simbólicos do INTA, foi possível um trabalho mais voltado para a agricultura familiar no desenvolvimento territorial rural. Na Colômbia, dificuldades políticas e institucionais de romperem com os “operadores” das compras públicas, conduziu a uma mudança nos Programas sem alterar o posicionamento central dos atores envolvidos. Tais processos são coerentes com a relação que estabelecem Dolowitz e Marsh (2012) entre a transferência e o ciclo da política pública. Para esses autores, quando novos atores e instituições se envolvem na formulação das políticas, eles trazem diferentes conjuntos de conhecimentos, interesses e motivações.

Assim, mesmo nos casos de manutenção da referência ao modelo brasileiro, existiu grande capacidade de adaptação ou de reinterpretação ao contexto nacional. Neste sentido, seguindo a tipologia de Dolowitz e Marsh (2000), podemos considerar que as experiências emergentes nos países “receptores” foram inspiradas dos modelos brasileiros (e no caso de El Salvador, copiadas). Seguindo Hassenteufel (2008), pode-se afirmar também que houve um



processo de tradução, envolvendo a recriação de orientações, conteúdos e instrumentos de política pública (Hassenteufel, 2008; Lascoumes, 2006).

## **Conclusão**

Os seis estudos e caso na América Latina, confirmam nossa hipótese da imbricação e hibridação entre três principais modalidades de difusão e exportação de políticas do Brasil: transferência de políticas mediante a cooperação Sul-Sul bilateral; circulação de normas e modelos de políticas através das organizações internacionais e da cooperação trilateral e, finalmente, difusão mediante processos de integração regional, inclusive liderados por movimentos sociais.

A comparação entre os casos permitiu identificar com maior clareza os atributos dos vetores da difusão regional de duas políticas públicas brasileiras para agricultura familiar. Em alguns casos, ao exemplo de Haiti, as relações individuais foram determinantes mediante o papel de indivíduos multi-posicionados em posição de mediadores ou de transmissores. Em outros casos as relações institucionais e organizacionais são preponderantes. A escala das políticas adotadas diferiu, algumas sendo adotadas em nível nacional (Argentina, Uruguai, Paraguai) e outras em nível local (Haiti).

Em termos de perspectivas para a pesquisa, a própria evolução dessas políticas sugere o interesse de estudos longitudinais. Observou-se o retrocesso, a mudança de público meta ou o fim dessas políticas nos países receptores em função das mudanças de governo ou de coalizões no poder (Argentina, El Salvador, Paraguai). O próprio Brasil, o país do modelo, passa por uma ruptura radical na implementação das políticas públicas para a agricultura familiar desde o golpe parlamentar de 2016. Para pesquisa futura e complementar, caberia entender melhor os processos de adaptação, reinterpretação e aplicação dos modelos de política pública, em particular a evolução da sua implementação na escala local ou territorial.

## **Referências bibliográficas**

- Berry, F. S., & Berry, W. D. Innovation and Diffusion Models in Policy Research. In *Theories of the Policy Process* (pp. 223–260), 1999.
- Bhagwati, J. In defense of Globalization with a new Afterword, Oxford, Oxford University Press, 2007.
- Biermann, F.; Pattberg, P.; Van Asselt, H.; Zelli F. The fragmentation of global governance e architectures: a framework for analysis, *Global Environmental Politics*. 2009.

- Cabral, L; Shankland A.; Favareto, A.; Vaz A.C. Brazil–Africa Agricultural Cooperation Encounters: Drivers, Narratives and Imaginaries of Africa and Development, *IDS Bulletin*, <https://doi.org/10.1111/1759-5436.12042>
- CAISAN Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. 2013 Subsídios da CAISAN para a discussão sobre “Cooperação Internacional em Segurança Alimentar e Nutricional” na XIII Plenária do CONSEA, Brasília, 02 de dezembro de 2013.
- Cason, J. W.; Power T. J. Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era. *International Political Science Review*, v.30, n.2, p. 117-140, 2009.
- Champetier, Y. 2003 La Estrategia de Microregiones: une nouvelle stratégie de lutte contre la pauvreté dans les territoires les plus en difficulté du Mexique Washington D.C.: Inter-American Development Bank.
- Cunha, B. L. A projeção internacional da Estratégia Fome Zero. In: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Fome Zero: uma história brasileira - Vol. 3. Brasília (DF), MDS, 2010, p. 80-89.
- Dabène, O. *The Politics of Regional Integration in Latin America: Theoretical and Comparative*
- Dávila Aldàs, F. América Latina y la globalización, *Revista de Relaciones Internacionales*, n° 101-102, 208: 33-56, 2011.
- De Janvry, A; Sadoulet, E. Toward a territorial approach to rural development: International experiences and implications for Mexico’s Microregions Strategy, University of California at Berkeley, 2004.
- Delpeuch, T. Comment la mondialisation rapproche les politiques publiques, *L’Économie politique*, 2009/3 n° 43 : 77-99
- Dolowitz, D. P., A policy-maker’s guide to policy transfer. *The political quarterly publish*, 2003.
- Dolowitz, D. P., Marsh, D. The Future of Policy Transfer Research. *Political Studies Review*, 10(3), 339–345, 2012.
- Dolowitz, D; Marsh, D. Learning from Abroad: The Role of Policy Transfer in Contemporary Policy-Making. *Governance-an International Journal of Policy Administration and Institutions* 13:5-24, 2000.
- Dumoulin, D. Configurations sociales transnationales : quelles compétences pour les passeurs d’échelles? Exemples des politiques de la conservation de la nature. La fabrique multi-niveaux des politiques. Les approches multi-niveaux des politiques publiques, CIRAD. Montpellier. 6-10/09/2010.
- Evans, M. Policy transfer in critical perspective, *Policy Studies* 30 : 243-68, 2009.
- Faria C. A. P., A difusão de políticas sociais como estratégia de inserção internacional: Brasil e Venezuela comparados, *Interseções* v. 14 n. 2, p. 335-371, 2012.
- Fiori, J. L. Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana / José Luís Fiori. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 42). 34p.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATION, *Alimentación escolar y las posibilidades de compra directa de la agricultura familiar: casos en 8 países*. Santiago: FAO, 2013.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATION, *Scaling up the Brazilian School Feeding model: using south-south cooperation to share Brazil’s experience of school feeding in Latin America and the Caribbean*, Rome, 2014.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATION. *The State of Food an Agriculture 2015: Social protection and agriculture: breaking the cycle of rural poverty*. FAO: 2015.

- Hassenteufel, P. De la comparaison internationale à la comparaison transnationale. Les déplacements de la construction d'objets comparatifs en matière de politiques publiques, *Revue française de science politique*, 55 (1), février 2005, p. 113-132.
- Hassenteufel, P. *Sociologie de l'Action Publique*, Paris, Armand Colin, 2008.
- Hassenteufel, P. « Convergence ». In: Boussaguet, L.; Jacquot, S.; Ravinet P. (eds) *Dictionnaire des politiques publiques*. Paris: Les Presses de SciencesPo., 180-187. 2014
- Inoue C Y A & Vaz A C. (2013) Brazil as 'Southern donor': beyond hierarchy and national interests in development cooperation?, *Cambridge Review of International Affairs*, 25:4, 507-534, <http://dx.doi.org/10.1080/09557571.2012.734779>
- Lascoumes P. Traduction In: Boussaguet L., Jacquot S., Ravinet P. *Dictionnaire des politiques publiques*, Paris: Les Presses de Sciences Po. p. 439-445, 2006.
- Leite, I. C.; Suyama, B.; Waisbich, L.T; Pomeroy, M.; Constantine, J.; Navas-Aleman, L.; Shankland, A.; Younis, M. Brazil's engagement in international development cooperation: the state of the debate. Brighton (UK): Institute of Development Studies/Articulação SUL/CEBRAP, 59, 2014. 103 p. (Rising Powers in International Development).
- Leite I. C.; Pomeroy M. ; Suyama B. Brazilian South-South Development Cooperation: The Case of the Ministry of Social Development in Africa. *Journal of International Development*, v. 27, p. 1446-1461, 2015.
- Lopes Filho, M.A. Compras locais como vetor de desenvolvimento rural: a experiência da cooperação brasileira no Haiti. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPGMADER/UnB). PLANALTINA – DF: UNB, 2017.
- Massardier, G; Sabourin, E. A Latin-American way of regionalization through policy making: Between globalization, policy transfer and regional production of policies, the case of territory rural development in: *ICPP International Conference on Public Policy, Policymaking in Latin America*, Grenoble, 26-28 june 2013.
- Mccann, E.; Ward, K. A multi-disciplinary approach to policy transfer research: geographies, assemblages, mobilities and mutations. *Policy Studies*, v.34, n. 1, p. 2-28, 2013.
- Milhorance de Castro, C. A política de cooperação do Brasil com a África Subsaariana no setor rural: transferência e inovação na difusão de políticas públicas. *Revista Brasileira de Política Internacional* 56, nº 2, 2013.
- Milhorance, C. 'Brazil's Cooperation with Sub-Saharan Africa in the Rural Sector: The International Circulation of Instruments of Public Policy'. *Latin American Perspectives* 41, no. 5 (1 September 2014): 75–93.
- Montero A P. *Brazilian politics: reforming a democratic state in a changing world*. Cambridge, UK: Polity Press, 2005.
- Musiałkowska, I. *Transfer of the European Regional Policy to Latin America*, European Consortium for Political Research (ECPR), Colchester, University of Essex, 2006.
- Niederle P. A. REAF Mercosur: una década de coproducción de políticas públicas entre el estado y la sociedad civil. Santiago: FAO, 2015
- Oliveira. O. .P. Embaixadores da participação: a difusão internacional do Orçamento Participativo a partir do Brasil. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo: USP, 2013
- Oliveira, O. P. Mecanismos da difusão global do Orçamento Participativo: indução internacional, construção social e circulação de indivíduos, *Opinião Pública*, vol 2, nº2 p. 2016 : 219-249, Campinas.
- Pasquier R., L'eupéanisation par le bas: les régions et le développement territorial en France et en Espagne, in J. Fontaine, P. Hassenteufel, *To change or not to change Le changement de l'action publique à l'épreuve du terrain*, Presses Universitaires de Rennes, 2002

- Perafan M.E.V. Dos Territórios da Cidadania aos Territórios do Progresso: O caso da transferência da política de desenvolvimento territorial do Brasil para El Salvador. in Sabourin E ; Grisa C. (org.) A difusão de políticas brasileira para agricultura familiar na América Latina e Caribe, Porto Alegre. Ed. Escritos, in press, 2018.
- Perafan M.E.V., Grisa C., Calderon, P. As compras públicas da agricultura familiar na Colômbia: disseminação, tradução e institucionalização das ideias in Sabourin E ; Grisa C. (org.) A difusão de políticas brasileira para agricultura familiar na América Latina e Caribe, Porto Alegre. Ed. Escritos, in press.2018.
- Pomeroy M.; Suyama B. Transferência de políticas de proteção social e segurança alimentar: Questões emergentes da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento brasileira in *International Seminar on Policy Diffusion*, São Paulo, CEBRAP, 9-11 de maio 2016.
- Risse-Kappen, T. Bringing transnational relations back in. *Non-state actors, domestic structures and international institutions*, Cambridge University Press, 1995.
- Rondó, M; Lopes, M. Política Externa e Democracia: a construção de novos paradigmas em Segurança Alimentar e Nutricional. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil, 2016.
- Ropp S.; Sikkink K (1999) International norms and domestic politics in Chile & Guatemala In Risse-Kappen, T, S Ropp, K Sikkink (eds).The power of human rights: international norms and domestic change. New York: Cambridge University Press : 172-204
- Sabourin E ; Grisa C. (org.) A difusão de políticas brasileira para agricultura familiar na América Latina e Caribe, Porto Alegre. Ed. Escritos, 380p.
- Sabourin E., Massardier G.; Sotomayor O. Las políticas de desarrollo territorial rural en América latina: una hibridación de las fuentes y de la implementación in *Revista Mundos Plurales*, V. 3, N. 1, 2016: 75-98,
- Silva, M. K. S.; Oliveira, G.L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, n.28, 2011, p. 86-124.
- Stone, D. Transfer Agents and Global Networks in the “Transnationalisation” of policy. *Journal of European Public Policy*, v. 11, n. 3, p. 545-566, 2004.
- Stone, D. Understanding the transfer of policy failure: bricolage, experimentalism and translation. *Politics and Policy*, 45 (1). pp. 55-70, 2017.
- Stone, D. Transfer and translation of policy. *Policy Studies*, v.33, n.6, 2012, p. 483-499.
- Sugiyama N. B. Diffusion of good government: social sector reforms in Brazil. {S.I.}: University of Notre Dame Press, 2013.
- Valderrama, M. “Los procesos de descentralización en América Latina y la cooperación europea, in José Luis Rhi-Sausi, Desarrollo local en América Latina. Logros y desafíos para la cooperación europea, Recal-Cespi, p. 49-62, 2004.
- Vieira Martins J. R. 2014 MERCOSUL: A dimensão social e participativa da integração regional in Neto D. (Org) O Brasil e novas dimensões da integração regional Rio de Janeiro : Ipea, 2014.pp 101 142
- Vigevani, T; Romanzini H. The Impact of Domestic Politics and International Changes on The Brazilian Perception of Regional Integration, *Latin American Politics and Society*, Vol. 53, n°1, 125-155, 2011.
- WORLD FOOD PROGRAMME. (PMA) Global School Feeding Sourcebook: lessons from 14 countries. Imperial College Press, 2016.
- Zurbriggen Cristina (2014) Governance a Latin America perspective, *Policy and Society*, 33:4, 345-360, DOI: 10.1016/j.polsoc.2014.10.004